

Sentidos da sustentabilidade: Inventariando alguns discursos sobre “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” entre educadores ambientais

Meanings of sustainability: Cataloguing some discourses on “sustainable development” and “sustainability” between environmental educators

Carlos Jorge da Silva Correia¹, Flávia dos Santos de Souza²

¹Especialista em Educação Ambiental e em Educação em Direitos Humanos e Diversidade. Universidade Federal de Alagoas . AL . Brasil

² Acadêmica da especialização em Educação em Direitos Humanos e Diversidade pela Universidade Federal de Alagoas. Professora de Ciências - Escola Municipal Imaculada Conceição . AL . Brasil

Resumo

Posto que muitos são os discursos e diversas são as práticas dentro do campo ambiental que se declaram sustentáveis hoje em dia, este texto pretende analisar alguns sentidos atribuídos à sustentabilidade por educadores ambientais do Brasil. Para tanto, consideramos o conjunto de 850 trabalhos apresentados no II Congresso Nacional de Educação Ambiental. Dentre as narrativas construídas com base nas análises elaboradas, destacam-se aquelas que indicam estar a sustentabilidade longe de consensos abrangentes; na verdade, apesar da significativa penetração social que as discussões sobre a sustentabilidade adquiriram recentemente, bastou-nos o gesto de nos aproximarmos desse debate para nos depararmos com divergências evidentes em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, não obstante as divergências existentes e inegáveis, os resultados deste inventário apontam também que a noção de desenvolvimento sustentável tem adquirido, entre os educadores ambientais, cada vez mais contornos sedimentados, isto é, hegemônicos.

Palavras-chave: Discursos. Práticas. Desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade. Educadores ambientais.

Abstract

Given that there are many discourses and practices in the environmental field that are considered sustainable nowadays, this paper intends to analyse some of the meanings attributed by Brazil's environmental educators. For this, we have considered a group of 850 works presented at the Second National Congress of Environmental Education. Standing out within the narratives constructed, based on the analyses made, are those which indicate that sustainability is far from attaining a broad consensus; in fact, despite the significant social impact that discussions on sustainability have recently acquired, we only need to look more closely at this debate to notice the obvious divergences regarding the concept of sustainable development. On the other hand, despite the existing and undeniable divergences, the results of this catalogue also indicate that the notion of sustainable development has acquired, amongst environmental educators, forms that are increasingly settled, or in other words, hegemonic.

Keywords: Discourses. Practices. Sustainable development. Sustainability. Environmental educators.

I INTRODUÇÃO

Neste texto, pensamos sobre aquilo que chamamos de *sentidos da sustentabilidade*, isto é, discursos e práticas acerca do polissêmico conceito de desenvolvimento sustentável que circulam em textos, contextos, expressões enunciadas por aqueles que se qualificam como educadores ambientais e estão envolvidos em processos que “fabricam” as identidades destes sujeitos, tais como congressos, formações continuadas, cursos, oficinas, entre outros.

Assim, entendemos que as representações e significados sejam lá do que for, estarão sempre a exigir novas reflexões, novos diálogos, outros destinos. E não seria diferente com aquilo que se convencionou tomar por sustentável. E é por isso que escrevemos, não para confirmar/criticar/desmentir o que já foi dito sobre desenvolvimento sustentável, mas para refletir sobre os discursos relacionados à sustentabilidade que circulam entre educadores ambientais do Brasil.

Com essas “advertências”, desde as quais miramos nosso objeto de análise, gostaríamos de nos fazer entender como quem deseja, aqui, apresentar o conjunto de 850 trabalhos publicados no II Congresso Nacional de Educação Ambiental (CNEA) desde o prisma da sustentabilidade. É verdade, desde já podemos antecipar, os *sentidos da sustentabilidade* estão recheados por frases feitas que talvez nem precisem mais de autores! Porém, trata-se de um discurso cheio de (in)certezas que inspirem resistências.

De fato, muitos são os discursos e diversas são as práticas dentro do campo ambiental que se declaram sustentáveis hoje em dia. Contudo, quando falamos em sustentabilidade estamos longe de consensos abrangentes; lidamos, na verdade, com discursos e práticas que reivindicam reconhecimento em uma arena conceitual de contornos imprecisos e, por vezes, polêmicos. Para Scotto, Carvalho e Guimarães (2010), apesar da significativa penetração social que as discussões sobre a sustentabilidade adquiriram recentemente, com o gesto de nos aproximarmos desse debate nos depararmos com divergências evidentes.

Segundo Carvalho (2008, p. 33), um exemplo disto refere-se ao consenso aparente em torno do conceito de desenvolvimento sustentável que disfarça “a disputa ideológica que permanece na sua origem, o conflito de interpretações sobre os critérios de sustentabilidade, bem como os valores políticos e éticos nas diferentes acepções desse conceito”.

Por outro lado, Frey (2001) argumenta

que não obstante estas divergências existentes e inegáveis, o debate acerca do desenvolvimento sustentável é uma realidade contemporânea que, com a acentuação da crise ambiental, tem adquirido cada vez mais contornos globais; o que tem imposto, por exemplo, críticas à crença do progresso ilimitado e aos meios de produção do sistema capitalista.

É inegável que a ideia de sustentabilidade ganhou espaço desde o fim do século XX, porém, hoje, este espaço causa-nos certo estranhamento – inquieta-nos o fato de aceitarmos a introdução de conceitos como o de desenvolvimento sustentável, sem vasculharmos a sua origem. Neste sentido, Skliar (2003, p. 196) nos alerta para “a aparente magia de uma palavra que se instala pela enésima vez, ainda que não nos diga nada”.

Deste modo, propomos, aqui, contextualizar o discurso da *sustentabilidade* em busca de discursos por meio dos quais deste paradigma tem se apresentado no campo da educação ambiental, para que, eventualmente, se insinue um pouco de originalidade em nossa própria ação pedagógica. Esta pesquisa surge, assim, dos nossos anseios de se aventurar/desvendar os modos de se fazer educação ambiental hoje em dia.

Para isso, tomamos como norte os pensamentos teóricos de Barcelos (2012, p. 100), que reivindica uma educação ambiental a partir de uma “interação devorativa (...) que aceita, e mesmo deseja, o conflito, a rejeição, a assimilação, a ação e a reação que, ao mesmo tempo em que nega, aceita”. Ou seja, uma prática que não tema os riscos, deslizos e desconstruções da indisciplina, da desobediência. Posto isto, consideramos importante colocar em suspenso esta gama de *sentidos* ao qual a *sustentabilidade* está associada.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho toma como objeto de reflexão os trabalhos apresentados no II CNEA, realizado em João Pessoa/PB, de 12 a 15 de outubro de 2011, os quais foram publicados, de acordo com os eixos temáticos do evento, em 4 volumes do livro *Educação Ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade*¹ (SEABRA e MENDONÇA, 2011).

Os artigos considerados nesta análise foram selecionados com base no seguinte critério: os trabalhos deveriam ter no título ou nas palavras-chave do resumo pelo menos uma dessas duas expressões, “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabili-

¹ Disponível em: www.cnea.com.br. Acesso: 12 jan. 2012.

dade”. Com isso, acreditamos ter filtrado, dentre o amplo universo de pesquisa, aqueles trabalhos que estiveram efetivamente interessados em discutir as noções de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

Para a construção desse banco de dados, empregou-se como instrumento de coleta o software livre *Foxit Reader*, que nos permitiu explorar a versão digital (em PDF) do livro em questão através de ferramentas de busca textual, onde a partir do critério citado, obtivemos êxito em selecionar os artigos.

Assim, uma vez obtidos os dados referentes ao objeto de análise, foram construídas narrativas a partir da organização de artigos nos quais *sentidos da sustentabilidade* estão postos, com base na similaridade das concepções evidenciadas. Nesta construção de narrativas, filiamos os discursos de desenvolvimento sustentável/sustentabilidade a um dos dois enfoques (cognitivo ou pragmático) propostos por Sauv  (2005) para a corrente da sustentabilidade na educa o ambiental. Nesse sentido, propomos, ainda, um detalhamento da classifica o inicial em termos do que denominamos de “sentidos” (Crítico, holístico, recursista e humanista), que também guardam rela o com outras correntes da proposta de Sauv  (op. cit.).

Assim, apresentamos ao longo do texto estas narrativas construídas com base na proximidade conceitual que os diferentes autores agrupados apresentam, ao mesmo tempo em que as expandimos com base no referencial teórico que subsidia as análises levadas a cabo neste trabalho.

Por fim, posto que o conjunto de trabalhos que apresentamos neste artigo não corresponde ao total analisado, é importante demarcar que os textos dos volumes 3 e 4 não desenvolvem propriamente uma discuss o acerca do objeto desta análise, muitos dos quais, por exemplo, abordam sobre o turismo e a sua inser o no “mercado da sustentabilidade”, o que justificou a exclus o de alguns trabalhos nas narrativas construídas.

3 RESULTADOS E DISCUSS O

Foram selecionados 80 trabalhos (9,4% do total de 850 trabalhos) apresentados no II CNEA, distribuídos em 4 volumes da seguinte forma: Volume 1 – 24, Volume 2 – 11, Volume 3 – 25 e Volume 4 – 20. Com base nesse conjunto de trabalhos, ap s a tabula o e interpreta o dos dados, elaboramos 4 narrativas, a saber:

Quadro 1. Narrativas construídas.

Narrativa	Autores
Sustentabilidade: quadros de um futuro melhor	SANTOS, CAMPOS e ANDRADE, 2011; TEIXEIRA, 2011; PEIXOTO, LIMA e SANTOS, 2011; BARCELAR, 2011; FIGUEIREDO, 2011
Da ideologia do desenvolvimento econômico � tomada de consciência ambiental	CAVALCANTI, 2011; VIEIRA, 2011; GUIMARÃES, SILVA e LEÃO, 2011; ARAÚJO, ALVARENGA e MARQUES, 2011; CÂMARA, MELO e PIMENTA, 2011
A educa�o ambiental como estratégia para o desenvolvimento sustentável	IMBANA e RIBEIRO, 2011; MADEIROS e PAIVA, 2011; CAVALCANTI, LEMOS e CHRISPINO, 2011; BORGES, PAULA e SILVA, 2011; CAMPOS, DAMASCENO e GORAYBE, 2011; BRANDÃO, NORONHA e PEDROSA, 2011; GARCIA, 2011; SILVA e CORRÊA, 2011; DANTAS, SANTOS e MENEZES, 2011
Afinal, como podemos colocar em prática a no�o de sustentabilidade?	CORREA, 2011; SILVA e BATISTA, 2011; MEUNIER e FERREIRA, 2011; FARIAS, SILVA e RODRIGUEZ, 2011; SILVA e CORRÊA, 2011; SIQUEIRA e VARGAS, 2011; DANTAS, SANTOS e MENEZES, 2011; SILVA, ARAUJO e PAZ, 2011; TOMAZ e PAIVA, 2011; SILVA, MARTINS e SILVA, 2011; SILVA, SANTOS e NASCIMENTO, 2011; LIMA, LIMA e SOUSA, 2011; CAMELO, CÂNDIDO e SILVEIRA, 2011; SANTOS, ALVES e ALCÂNTARA, 2011; ALMEIDA e CRUZ, 2011; LIMA e MONTEIRO, 2011

Quadro 2. *Sentidos da sustentabilidade* nos trabalhos analisados.

Enfoques	Sentidos	Descrição	Principal representante dentre os trabalhos analisados
Cognitivo	Crítico	Incorpora ao desenvolvimento sustentável diversas dimensões: sustentabilidade ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial	SACHS, 2002 <i>apud</i> CORREA, 2011
	Holístico	Considerando a dinâmica da natureza, onde vigoram redes de relações, mutualidades e lógicas de cooperação, entende que o desenvolvimento sustentável seja aquele que permita que todos os seres vivos convivam, evoluam e se ajudem mutuamente	SILVA e BATISTA, 2011
Pragmático	Recursista	Concebe o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da tecnologia e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro	MEUNIER e FERREIRA, 2011
	Humanista	Toma o desenvolvimento sustentável como essencial para a manutenção da qualidade de vida da população atual e das futuras gerações	FARIAS; SILVA e RODRIGUEZ, 2011

Antes de darmos continuidade a este texto discorrendo sobre as narrativas acima, gostaríamos de apresentar ainda neste tópico as principais concepções de “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” que foram possíveis de se depreender dos textos analisados, conforme o quadro abaixo (**Quadro 2**):

A seguir, damos continuidade ao texto apresentando as principais ideias dos autores citados (**Quadro 1**).

3.1 Sustentabilidade: quadros de um futuro melhor

Algo que sobreveio recorrentemente em nossas leituras dos artigos do II CNEA foi como o viés do desenvolvimento sustentável, costumeiramente, é dado como solução frente à concepção de que o ambiente precisa ser assegurado para os benefícios das próximas gerações. Por exemplo, Santos, Campos e Andrade (2011) problematizam a relação do homem com a natureza abordando os discursos da educação ambiental como um processo para a conscientização da comunidade da realidade global e que não fazem outra coisa a não ser explicitar a importância de (re)pensar a atividade humana sobre o ambiente.

Nesse sentido, entendemos que Teixeira (2011, p. 599) também participa dessa abordagem, na qual o desenvolvimento sustentável tende a inspirar dias melhores, em seu trabalho “Sustentabilidade socioambiental como critério para o desenvolvimento econômico”, o autor deixar claro que “devemos buscar um desenvolvimento composto

(estabilidade de crescimento, crescimento social, sustentabilidade ambiental) que vise à melhora na qualidade de vida dos cidadãos”.

Para isso, outros autores consideraram necessária a mudança no comportamento do homem com relação à natureza “com o objetivo de atender às necessidades ativas e futuras, no sentido de promover um modelo de desenvolvimento” (SANTOS, CAMPOS e ANDRADE, 2011, p. 57). Assim também compreendem Peixoto, Lima e Santos (2011) que, ao discutirem o reaproveitamento do papel por artesãos, universitários e pessoas da sociedade em geral, compartilham conosco a compreensão de que o desafio ambiental enfrentado hoje em dia pela sociedade tem imposto à coletividade um imprescindível esforço de gestão ancorada na sustentabilidade social, econômica e ambiental. Assim:

A expectativa pela disseminação de práticas sociais que promovem uma consciência ecológica, que produzam efeitos a partir de uma mudança cultural, constitui apenas um passo na imensa e complexa tarefa dos profissionais envolvidos em trabalhos de educação ambiental (PEIXOTO, LIMA e SANTOS, p. 179).

E como viabilização desse processo “é de suma importância que se tenha uma cultura política que priorize a sustentabilidade” (PEIXOTO, LIMA e SANTOS, 2011, p. 183). Ao fim e ao cabo,

“temos que deixar explícito que o Desenvolvimento Sustentável busca um crescimento socioeconômico de uma sociedade, utilizando de recursos naturais de forma racional e eficiente, sem prejudicar as futuras gerações” (TEIXEIRA, 2011, p. 600).

Bacelar (2011) também modula a relação entre desenvolvimento sustentável e as gerações futuras, para o qual o desenvolvimento econômico a qualquer custo, ou mesmo o sacrifício do desenvolvimento em prol da preservação ambiental completa são, ambos os processos, dinâmicas que podem comprometer a sustentabilidade das populações, povos e comunidades, de forma que “gerar renda, emprego e trabalho com a preocupação ambiental visando à gerações futuras, passa a ser o novo conceito de desenvolvimento sustentável” (op. cit., 2011, p. 820). No entanto, o autor reconhece que o capitalismo tem feito das necessidades básicas do homem uma mercadoria cada vez mais valorizada pelo consumismo, devendo “o desenvolvimento [sustentável] pregar uma melhor equalização entre as partes, ou seja, o homem e a natureza” (idem, p. 820).

Em síntese, o entendimento dos autores deixa expresso que “no conceito moderno de desenvolvimento sustentável o aspecto econômico fica de lado, mas não depende apenas dele o sucesso da sustentabilidade, o aspecto social é o mais importante” (BACELAR, 2011, p. 820-821). “Viver em sustentabilidade é, obter qualidade de vida usufruindo dos recursos naturais com responsabilidade social, sem comprometer a capacidade das gerações futuras, e tentando restaurar o que já foi degradado” (FIGUEIREDO, 2011, p. 1039).

3.2 Da ideologia do desenvolvimento econômico à tomada de consciência ambiental

Nesta seção procuramos destacar os artigos que fortalecem a ideia da sustentabilidade mediando o caminho entre desenvolvimento econômico e consciência ambiental. Para Cavalcanti (2011), por exemplo, as atividades do turismo situam-se dentro de um paradoxo, posto que muitas vezes dependem de bens naturais, como praias e outras paisagens, baseando-se em relações de consumo, muitas das quais danosas ao meio ambiente.

Já Vieira e Assis (2011) consideram que toda atividade humana gera impactos socioambientais e com o turismo não seria diferente, restando para este setor econômico superar o desafio da sustentabilidade ao propor *modos de uso e produção* da/na paisagem turística que “degrade o mínimo possível, de modo que os benefícios sociais desta atividade sejam sempre maiores que os impactos por ela gerados” (VIEIRA e ASSIS, 2011, p. 88).

Este tipo de preocupação com a preservação ambiental aliada ao desenvolvimento das atividades econômicas e sociais parece ser a base da concepção que circula entre os educadores ambientais pesquisados em relação a suposto desenvolvimento sustentável capaz de orientar o desdobramento de tecnologias “para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento da capacidade de inovação dos países em desenvolvimento” (GUIMARÃES, SILVA e LEÃO, 2011, p. 273).

Assim, somos interpelados por processos abrangentes de adjetivação que se valem da sustentabilidade para afirmarem-se dignos de orbitar os discursos e práticas daqueles que se pretendem, obviamente, “sustentáveis”. E o caso, pois, da proposta de “construção sustentável”, que objetiva conciliar a atividade produtiva da construção civil com a preocupação crescente em todo o mundo acerca da escassez de recursos energéticos e naturais (ARAÚJO, ALVARENGA e MARQUES, 2011, p. 206).

Já o chamado “marketing verde” tem recorrentemente indicado estas novas “tecnologias da sustentabilidade” para pessoas e comunidades interessadas em “uma nova maneira de realizar o capitalismo” (PORTUQUEZ, 2011, p. 821). Evidentemente, resta-nos, enquanto educadores o gesto crítico de buscar tornar claros os diferentes interesses econômicos em jogo neste contexto, posto que o mercado verde em ascensão tem demonstrado muito poucos resultados efetivos em termos de mudança socioambiental positiva.

Ainda no âmbito desse ponto de vista, utiliza-se o conceito de desenvolvimento sustentável para abrandar o ideal de desenvolvimento econômico global, devido às necessidades de utilização dos recursos naturais pela população, ao mesmo tempo em se buscam meios de atenuar essas ações. Câmara, Melo e Pimenta (2011) apontam que:

A valorização dos recursos naturais atualmente é destaque de importantes discussões, nos mais variados âmbitos e segmentos, isso por que a utilização destes não reflete somente no crescimento econômico de um país, visto por aqueles que idealizam a exploração destes como benefício cada vez maior para si e/ou de sua organização, mas também por aqueles que optam por defender que o melhor para alcançar o desenvolvimento sustentável de uma nação é a harmonia entre o econômico e o meio ambiente, visando sua conservação, preservação e manejo (p. 467).

Aqui, “não basta somente criar e deixar estas áreas no descaso e esquecimento, sem o

menor plano de manejo e conservação, bem como sem que haja uma fiscalização contundente para a formação de um desenvolvimento sustentável, economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado” (PIMENTO, 2011, p. 470).

Portanto, poderíamos afirmar que para os autores que apresentamos nesta narrativa, desde que a sustentabilidade signifique algum tipo transformação socioambiental, não há razões suficientes para se renunciar ao progresso em nome da preservação do patrimônio ambiental; pelo contrário, a sustentabilidade pode se expressar em aliança com a atividade econômica, de forma integradora e unificante (CÂMARA, MELO e PIMENTA, 2011, p. 601).

3.3 A educação ambiental como estratégia para o desenvolvimento sustentável

Uma das concepções recorrentes nos trabalhos analisados foi o entendimento da educação ambiental como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. Para vários autores incluídos nesta categoria de análise, a educação ambiental tem muito a contribuir com a sustentabilidade, uma vez que seja capaz de envolver as pessoas em ações que respeitem o ambiente (IMBANA e RIBEIRO, 2011), com base numa compreensão da essência e da importância da vida de todas as criaturas existentes (MADEIROS e PAIVA, 2011).

Para Cavalcanti, Lemos e Chrispino (2011), foram e são os processos educativo-ambientais que ajudaram e continuam a enriquecer as noções que temos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, ao passo que sugerem que tais processos considerem em seus desdobramentos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Assim, esta educação ambiental, enquanto estratégia para a promoção de um novo modelo de desenvolvimento, deveria ter na escola o cenário privilegiado da mudança desejada (BORGES, PAULA e SILVA, 2011). Contudo, os autores reconhecem que mesmo atitudes simples como arborizar a escola, jogar papel no lixo e reutilizar materiais, ainda são gestos difíceis de serem implantados nas escolas.

Por outro lado, Campo, Damasceno e Goraybe (2011) visualizam nas práticas educativas que promovem conhecimentos acerca do ambiente local em que se vive, facilitando melhorias na realidade socioambiental das comunidades, uma das possibilidades de se colocar a educação ambiental em função do desenvolvimento sustentável.

Brandão, Noronha e Pedrosa (2011) vão além, argumentando que a educação do campo e a educação ambiental são em si mesmas ferramentas para o desen-

volvimento sustentável, desde que comprometidas com práticas educativas que considerem a realidade local como fonte de conhecimentos para agricultores.

Dessa forma, a viabilidade do desenvolvimento sustentável estaria relacionada com a nossa capacidade de compreender a complexidade dos sistemas ambientais, valendo-se de abordagens multi e interdisciplinares (GARCIA, 2011). Porém, esta compreensão não se apresenta tão evidente assim, exige, na verdade, mudanças sociais nas relações das pessoas entre si e delas com a natureza, exige pensarmos hoje em dia em como favorecer uma nova concepção de desenvolvimento que considera o bem-estar do ser humano e dos demais seres vivos integrados à natureza (SILVA e CORRÊA, 2011).

Portanto, na concepção dos próprios educadores ambientais, “a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a corresponsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável” (DANTAS, SANTOS e MENEZES, 2011, p. 1130)

Por outro lado, há quem reivindique um envolvimento político dos educadores ambientais em oposição ao modelo de desenvolvimento sustentável (SOUSA e SELVA, 2011), entendido como uma proposta que prioriza a economia como esfera de igual importância à sociedade e à ecologia, evidenciando seu teor capitalista.

Para Sato, Santos e Zakrzewski (2004) citados por Sousa e Selva (2011):

A educação ambiental precisa sair da ingenuidade dos cartazes coloridos, cartilhas recreativas ou camisetas com *design* de espécies em extinção e partir para uma construção política com criticidade, encarando a utopia do desenvolvimento sustentável e possibilitando o empoderamento dos sem poder (p. 220).

Considerando esta realidade, Sousa e Selva (2011) propõem a necessidade de ousarmos uma “invenção crítica” na educação ambiental, através dos processos participativos, com a qual sejamos capazes de associar ao conceito de sustentabilidade as dimensões da inclusão social, sustentabilidade ecológica e democracia. O que nos permite apontar, aqui, uma estreita relação desta concepção com aquilo que nos propõem alguns pesquisadores (LOUREIRO, 2004; GUIMARÃES, 2004 e CARVALHO, 2004) como uma educação ambiental crítica, para a qual ...

... a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado. Segundo esta orientação, a educação não se reduz a uma intervenção centrada exclusivamente no indivíduo, tomado como unidade atomizada, nem tampouco se dirige apenas a coletivos abstratos. Desta forma, recusa tanto a crença individualista de que mudança social se dá pela soma das mudanças individuais: quando cada um fizer a sua parte. Mas recusa também a contrapartida desta dicotomia que subsume a subjetividade num sistema social genérico e despersonalizado que deve mudar primeiro para depois dar lugar as transformações no mundo da vida dos grupos e pessoas, aqui vistos como sucedâneos da mudança macro social. Na perspectiva de uma educação ambiental crítica, a formação incide sobre as relações indivíduo-sociedade e, neste sentido, indivíduo e coletividade só fazem sentido se pensados em relação. As pessoas se constituem em relação com o mundo em que vivem com os outros e pelo qual são responsáveis juntamente com os outros. Na educação ambiental crítica esta tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana (CARVALHO, 2004, p. 19-20).

3.4 Afinal, como podemos colocar em prática a noção de sustentabilidade?

A síntese dos sentidos da sustentabilidade expostos anteriormente (**Quadro 2**) nos informa que os educadores ambientais atribuem ao desenvolvimento sustentável alguns princípios, sem os quais não há que se falar em sustentabilidade, a saber: solidariedade sincrônica (com a atual geração) e diacrônica (com as futuras gerações), equilíbrio ambiental, eficiência no uso de recursos naturais e qualidade de vida/equidade social (SILVA e CORRÊA, 2011, SIQUEIRA e VARGAS, 2011).

Para Dantas, Santos e Menezes (2011), por exemplo, “praticar” o desenvolvimento sustentável significaria dizer que, de alguma forma, superamos, para todos os efeitos, questões sociais, políticas e culturais como a pobreza e a exclusão social que desta deriva. Portanto, o *locus* deste desenvolvimento não deve privilegiar a cidade, em detrimento do campo, ou vice-versa (SILVA,

ARAÚJO e PAZ, 2011); pelo contrário, a sustentabilidade perpassaria pelo provimento de melhorias na qualidade de vida de toda a população, bem como pela conservação da biodiversidade, valorizando os serviços ecossistêmicos (MEUNIER e FERREIRA, 2011, TOMAZ e PAIVA, 2011).

No âmbito das relações sociais urbanas, alguns trabalhos apontam a já conhecida estratégia da reciclagem como uma possibilidade de incremento da qualidade de vida, a partir da geração de renda. Nesta direção, Silva, Martins e Silva (2011), discutem os ganhos sociais de um projeto de reciclagem de garrafas *pets* capitaneado por mulheres, o que para os autores pode significar uma maneira eficaz de desenvolvimento local sustentável desde a redução do consumo e a diminuição da desigualdade social e econômica.

Outras estratégias de desenvolvimento sustentável de acordo com os trabalhos analisados seriam:

Considerar e respeitar os saberes e os modos de vida de populações tradicionais na gestão de áreas de conservação (SILVA, SANTOS e NASCIMENTO, 2011; TOMAZ e PAIVA, 2011);

Promover a agroecologia aliada à agricultura familiar como uma solução para o desenvolvimento sustentável do campo a partir de novos sistemas produtivos ecológicos (LIMA, LIMA e SOUSA, 2011; SILVA, ARAUJO e PAZ, 2011);

Criar mecanismos de governança, isto é, um conjunto de instrumentos/indicadores que fortaleçam a capacidade de governar e de expandir os instrumentos de gestão, ampliando a eficácia dos resultados e a mobilização dos atores sociais (CAMELO, CÂNDIDO e SILVEIRA, 2011; MEUNIER e FERREIRA, 2011);

Tomar a Agenda 21 como um roteiro detalhado para orientar o processo de transição em direção ao desenvolvimento sustentável (DANTAS, SANTOS e MENEZES, 2011);

Estimular a mudança de valores e atitudes da humanidade em sua relação com o meio ambiente/natureza (SANTOS, ALVES e ALCANTARA, 2011).

Se tomarmos as diretrizes acima como pistas sobre como os educadores ambientais concebem a noção de sustentabilidade em termos práticos, podemos afirmar que, entre nós, sabe-se que para a educação ambiental colaborar com a consecução de um desenvolvimento sustentável “é necessário estabelecer vínculos entre os processos educativos locais e o acontecer dinâmico da vida cotidiana” (ALMEIDA e CRUZ, 2011, p. 1338).

Porém, tal vínculo não é tão óbvio e muitas

vezes as intenções são traídas pelas práticas, produzindo cenários nos quais a “educação ambiental” mostra-se reduzida a processos de conscientização cidadã para uma gestão ambiental que, apesar dos intentos ecológicos anunciados, está mesmo orientada para a maximização de lucros, desde a eficiência econômica com a contenção de custos (LIMA e MONTEIRO, 2011).

Por fim, outro aspecto que podemos identificar nas estratégias citadas é o consenso que vem se formando em torno de instrumentos como a Agenda 21, enquanto um mecanismo relevante para orientar o desenvolvimento sustentável. A isto, somem-se *sentidos da sustentabilidade* muito alinhados às ideias históricas do *Relatório de Brundtland*² que, não obstante as divergências existentes e inegáveis acerca deste debate, poderíamos dizer que a noção de desenvolvimento sustentável tem adquirido, entre os educadores ambientais, cada vez mais contornos sedimentados, isto é, hegemônicos.

4 CONCLUSÕES

Neste artigo, propusemo-nos, como ficou claro ao longo do texto, tecer narrativas sobre os *sentidos* que são dados à sustentabilidade por educadores inseridos no campo da educação ambiental. Dentre as premissas das quais partimos, situamos o contexto socioambiental no qual os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” têm ocupado cada vez mais espaço, particularmente pelo fato destes discursos se oporem, mesmo que apenas aparentemente, à crença de desenvolvimento ilimitado proposta pelo capitalismo.

A reflexão proporcionada pelo inventário aqui desenvolvido, desde o acervo de trabalhos do II CNEA que pesquisamos, contribuiu, ainda que minimamente, para ampliarmos o leque de *sentidos da sustentabilidade*. Assim, neste trabalho classificamos os *sentidos da sustentabilidade* em questão a partir de dois enfoques (Cognitivo e pragmático) e de quatro sentidos (Crítico, holístico, recursista e humanista). Ao que se deu continuidade com a apresentação das 4 narrativas construídas com base em tais discursos.

Obviamente, ao realizarmos este inventário sobre os *sentidos* que têm sido dados à sustentabilidade por educadores ambientais, não trouxemos conosco, em momento algum, entre os nossos

² Neste relatório, tem-se a seguinte definição: “o desenvolvimento [sustentável] que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (UN, 1987).

interesses, dizer exatamente o que seria a “sustentabilidade” ou o “desenvolvimento sustentável”. Além disso, não buscamos identificar, aqui, se os discursos que levantamos estão *mais* ou *menos* “corretos”. Contudo, não podemos encerrar este texto sem operar uma reflexão própria acerca do assunto, mesmo que isto represente uma defesa de um ou outro conceito em questão.

Nesta direção, o que temos para ser dito é que compartilhamos com Sato, Santos e Zaksrevski (2004) o mesmo senso crítico que recomenda aos educadores ambientais do Brasil um posicionamento maduro diante de discursos hegemônicos como os do “desenvolvimento sustentável” e da “sustentabilidade”, em direção à superação dos mesmos. Afinal, a alegria de *ser* e *estar* no mundo parece realmente encontrar-se na capacidade de *inventarmos* nossas próprias causas, aspirações e planos.

5 AGRADECIMENTOS

Agradecemos à professora Dra. Shaula Maíra Vicentini de Sampaio pelo feedback que nos rendeu ao ler e comentar o manuscrito deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. O.; CRUZ, I. S. A construção da história ambiental como estratégia didática para abordagem das relações sociedade e natureza na ilha de maré – Salvador, BA. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1336-1343.
- ARAÚJO, R. C. C.; ALVARENGA, R. C. S. S.; MARQUES, J. A. P. Estudo de adição de raspa de borracha e fibra de bambu como agregado na massa cimentícia. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 4, p. 205-213.
- BACELAR, W. K. A. A sustentabilidade microrregional como desafio nas pequenas cidades. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 4, p. 819-825.

- BORGES, A. J. S.; PAULA, A. S.; SILVA, A. L. Educação ambiental: a percepção sobre meio ambiente entendido por alunos de ensino fundamental no município de Parauapebas-PA. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 788-792.
- BRANDÃO, S. V.; NORONHA, E. A. P.; PEDROSA, F. J. A. Educação ambiental comunitária no contexto do município de Vitória de Santo Antão - PE: Estudos, desafios e práticas. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1384-1390.
- CÂMARA, H. R. S.; MELO, J. A.; PIMENTA, M. R. C. Manejo e conservação, na reserva de desenvolvimento sustentável estadual da Ponta do Tubarão-RN. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 3, p. 466-471.
- CAMELO, G. L. P.; CÂNDIDO, G. A.; SILVEIRA, W. L. A viabilidade da inserção da dimensão político-institucional no marco para a avaliação de Sistemas de Manejo de recursos naturais incorporando indicadores de sustentabilidade MESMIS. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 2, p. 265-272.
- CAMPOS, P. T.; DAMASCENO, M. F. B.; GORAYBE, A. Práticas de educação ambiental: um instrumento de conscientização e mobilização social. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1163-1169.
- CARVALHO, I. C. M. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- _____. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamento em educação ambiental. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 13-24.
- CAVALCANTI, A. P. B. Ecoturismo, meio ambiente e sustentabilidade: análises e propostas. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 3, p. 70-76.
- CAVALCANTI, D. B.; LEMOS, J. L. S.; CHRISPINO, Á. Análise das percepções socioambientais de alunos do ensino médio em um colégio estadual no Rio de Janeiro. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1563-1569.
- CORREA, A. S. T. O debate sobre extração madeireira na Amazônia, e sua auto sustentabilidade, um bem ao meio ambiente. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 2, p. 137-140.
- DANTAS, M. E. C.; SANTOS, E. G.; MENEZES, S. F. S. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: a sustentabilidade a partir das práticas de educação ambiental. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1126-1131.
- FARIAS, J. F.; SILVA, E. V.; RODRIGUEZ, J. M. M. Ecopedagogia e desenvolvimento sustentável no semiárido cearense. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1671-1676.
- FIGUEIREDO, A. P. Pegada ecológica e educação ambiental para a sustentabilidade. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 4, p. 1038-1042.
- FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. Ambient. soc., Ano 4, n.9, p. 1-34, 2º sem. 2001.
- GARCIA, J. P. M. Geografia: Tomadores de decisão e desenvolvimento sustentável. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental:

- Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1170-1174.
- GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.
- GUIMARÃES, M. C. C.; SILVA, N. G. P.; LEÃO, M. Recife: becos da história de um povo. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 3, p. 171-179.
- IMBANA, M. J.; RIBEIRO, J. A. A contribuição da educação e percepção ambiental para o desenvolvimento local sustentável. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1183-1189.
- LIMA, J. S. S.; LIMA, A. L.; SOUSA, G. M. R. Práticas agroecológicas e sustentáveis de produção na comunidade sítio carpina no município de Apodi-RN. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 2, p. 291-297.
- LIMA, W. V.; MONTEIRO, R. C. Ensino para a sustentabilidade: o tratamento dos resíduos sólidos como ação educativa. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 2, p. 1071-1076.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65-84.
- MADEIROS, H. M.; PAIVA, M. M. M. Formação de professores em educação ambiental para sustentabilidade. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 973-977.
- MEUNIER, I. M. J.; FERREIRA, R. L. C. Conservação da Mata Atlântica e desenvolvimento socioeconômico em municípios pernambucanos: análise multivariada de indicadores. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 2, p. 42-47.
- PEIXOTO, M. F. C. C.; LIMA, J. R.; SANTOS, A. M. S. Diagnóstico do uso e reaproveitamento do papel por atores sociais. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 4, p. 179-185.
- PORTUGUEZ, A. P. Paisagem, funcionalidade turística e o dilema da sustentabilidade. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 3, p. 85-91.
- SANTOS, B. A. C.; CAMPOS, G. P. A. ANDRADE, L. P. Práticas de reutilização de materiais plásticos em escolas rurais no município de Jupi-PE. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 4, p. 56-60.
- SANTOS, S. F.; ALVES, S. R. M.; ALCÂNTARA, R. L. educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio do município de Juazeiro do Norte/Ceará: Uma contribuição à conscientização ambiental, relato de experiências. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1237-1242.
- SATO, M.; SANTOS, J. E.; ZAKRZEWSKI, S. Metamorfoses ambulantes. In: ZAKRZEWSKI, S.; BARCELOS, V. (Org.). Educação Ambiental e Compromisso Social: Pensamentos e Ações. Erechim: EdiFAPES, 2004, p. 337-351.
- SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 17-44.
- SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, 2, 3 e 4. Disponível em: www.cnea.com.br. Acesso: 12 jan. 2012.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. M.; GUIMARÃES, L. B. Desenvolvimento sustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, D.; BATISTA, V. L. R. Avaliação econômica, social e ambiental da associação dos agentes recicladores da cidade de Crato – CE. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 2, p. 1050-1057.

SILVA, G. D.; ARAUJO, G. V. R.; PAZ, D. H. F. Estratégias de convivência com o semiárido a partir de uma perspectiva agroecológica. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 2, p. 259-264.

SILVA, H. A.; SANTOS, E. C.; NASCIMENTO, A. C. Gestão ambiental participativa aliada à educação ambiental: Caminhos para a sustentabilidade, uma experiência no Paraná do Aranapú na RDSM/AM. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 978-983.

SILVA, M. E.; CORRÊA, A. P. M. Ecopedagogia: um diferente olhar para a abordagem educacional. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1489-1496.

SILVA, S. C.; MARTINS, E. M. N.; SILVA, E. C. Reciclando esperança: economia solidária e sustentabilidade a serviço da geração de renda e preservação do meio ambiente. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1391-1397.

SIQUEIRA, R. R.; VARGAS, M. A. M. Desenvolvimento sustentável: percepções e práticas dos estudantes do curso técnico em edificações Lagarto/SE. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1734-1740.

SOUZA, P. G.; SELVA, V. S. F. O turismo comunitário e a educação ambiental como instrumentos do planejamento turístico sustentável em comunidades

costeiras do nordeste brasileiro. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 3, p. 219-226.

TOMAZ, P. A.; PAIVA, C. A. Educação ambiental integrada: meio ambiente, saúde e cidadania na perspectiva sertaneja. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 1, p. 1237-1242.

TEIXEIRA, O. F. Sustentabilidade socioambiental como critério para o desenvolvimento econômico. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 4, p. 596-603.

UN, United Nations. Report of the World Commission on Environment and Development 42/187. 11 dez. 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso: 7 jul. 2013.

VALDO, B. Por uma educação ambiental nos trópicos: intercultura de antropofagia. In: PREVE, A. M. H. et al. (Org.) Ecologias inventivas: conversas sobre educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012, p. 98-120.

VIEIRA, A. F.; ASSIS, E. G. Turismo comunitário: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável em Canárias-MA. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L (Org.). Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011, v. 3, p. 77-84.